

Tarcísio corta benefício fiscal e prevê reduzir gastos em plano

De 64 isenções e reduções, 23 não foram renovadas. Governo projeta criar uma 'central de compras' para enxugar custos

HYNDARA FREITAS
hfreitas@globo.com.br

A anunciado na semana passada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o plano de corte de gastos e de reorganização da administração pública extinguiu mais de um terço dos benefícios tributários concedidos pelo estado que estavam próximos do vencimento. O programa consta de um decreto publicado no último dia 22, mas segundo o secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita, o processo já está em curso há alguns meses.

Ainda não está claro quanto espaço será possível abrir no orçamento. O governo tem estimado uma economia de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões anuais, números que não constam do decreto.

No último mês, a Fazenda estadual reavaliou 64 isenções e reduções na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que venceriam em 30 de abril. Com a análise, o governo decidiu não renovar o benefício fiscal para 23 itens. Entre eles, estão o fim das isenções para o transporte interestadual de equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares que se destinavam ao Ministério da Educação; além de produtos como bulbo de cebola; moluscos resfriados ou congelados; preservativos; e pito-larva-de-camarão, por exemplo.

Segundo Kinoshita, alguns benefícios tributários foram estendidos até dezembro, enquanto outros ganharam prazo maior, até abril de 2026. Foram prorrogados descontos e isenções para setores como equipamentos e insumos utilizados em cirurgias, importação de produtos hospitalares e de produtos destinados à implantação de projeto de saneamento básico.

— Existe um estoque muito elevado de benefícios em nosso país, por isso acho que esse movimento que estamos fazendo já é histórico. Existe

um plano de alicear, ao longo deste ano, uma grande revisão desses benefícios tributários — disse à GloboNews.

Questionado se a decisão do governo paulista seria um contraponto ao governo federal, em meio a críticas pelo aumento dos gastos públicos, Kinoshita negou.

— O intuito não é gerar nenhum tipo de confronto com o governo federal. A reavaliação dos gastos ajuda o nosso país como um todo. Não vejo isso como confronto nacional, acho que pauta bem o debate — afirmou.

ESPAÇO NO ORÇAMENTO

O plano de Tarcísio, intitulado "São Paulo na Direção Certa", é visto com bons olhos por especialistas. Publicado no Diário Oficial do Estado na última quinta-feira, o decreto 68.538 se divide em três segmentos: "expansão de investimentos", "redução de despesas" e "modernização da administração".

O economista Murilo Viana, consultor em finanças públicas, afirma que a diretriz do programa é "correta", mas é preciso avaliar como se dará na prática.

— A avaliação de benefícios fiscais deveria ser uma regra contínua, eu vejo isso como algo positivo. A regra no Brasil é a concessão de inúmeros benefícios fiscais de forma pouco transparente, inclusive em relação ao valor total renunciado. A Reforma Tributária, que vai acabar com o ISS e ICMS, tem justamente essa ideia de por fim a essa sistemática de benefícios fiscais como acontece hoje, em que cada estado tem benefícios e regras diferentes, e há pouco acompanhamento de efetividade dos benefícios. Mas isso terá que ser feito com cuidado pela Fazenda.

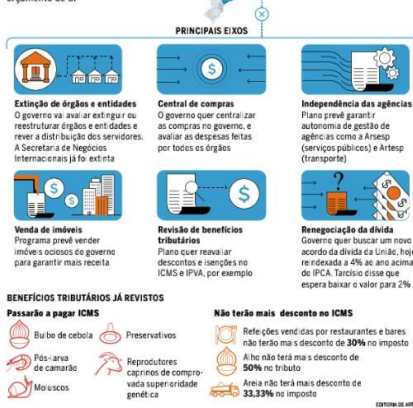
Em sua visão, é preciso que o estado avalie quais isenções e descontos trazem ou não benefício à sociedade e à economia, mas de uma maneira que não afete as empresas de investir no estado. Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-



Proposta. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), plano, lançado na semana passada, tem várias frentes para reduzir o custo da máquina

OS CORTES DO GOVERNADOR

Entenda o plano lançado por Tarcísio para abrir espaço no orçamento de SP



secretário da Fazenda de São Paulo, diz que o programa é "bastante positivo".

— A responsabilidade fiscal é uma tarefa permanente. Entendo que a avaliação e contenção de gastos e renúncias tributárias é fundamental nesse processo. Não é fácil, porque requer escrutínio detalhado — diz. — Benefício tributário não é necessariamente ruim, sobretudo porque estamos em meio a uma ferverna guerra fiscal entre os Estados. Nesse caso, a avaliação, monitoramento e escrutínio constantes são as ferramentas

para controlar, cortar e garantir o que é essencial, separando joio do trigo.

DETALHES DO PROGRAMA

Além da revisão dos benefícios fiscais, o plano de Tarcísio é diminuir gastos com a administração pública e aumentar investimentos. Para isso, ele pretende fazer um "sistema de avaliação de gastos" que vai avaliar se as despesas do governo contribuem para as políticas públicas propostas pela gestão, quantidade de pessoas beneficiadas, e como impactam na execução de outros programas.

O documento sugere diretas ou indiretamente ações como remanejamento de pessoal, corte de benefícios fiscais, fechamento de órgãos públicos. Na última sexta-feira, uma secretaria de governo já foi extinta, a de Negócios Internacionais. O decreto prevê que em 90 dias cada secretaria ou órgão independente do estado apresente seu próprio plano de corte de gastos.

Outra proposta do programa é dar independência às agências reguladoras. Hoje, São Paulo tem duas: a Agência de Transportes do Estado

de São Paulo (Artesp) e a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsepe). Segundo o decreto, esses órgãos terão "autonomia e independência de gestão".

O governo ainda prevê vender seus imóveis que estejam ociosos e a criação de uma "central de compras", que deve concentrar processos de aquisição de material e contratação de serviços. Outro objetivo é uma análise aprofundada sobre todos os órgãos que há na administração pública atualmente: o governo pretende extinguir setores e entidades que não considere essenciais e reorganizar funcionários.

Para Adriano Gomes, consultor da Methode Consultoria, o plano é "uma revisão de ponta a ponta buscando eficiência, economia e perenidade da organização". Já Viana acredita que o plano "tem um viés de maior eficiência para viabilizar maior investimento público", mas é preciso cautela na hora de extinguir órgãos públicos.

— A diretriz de buscar maior eficiência de gastos, redução de despesas correntes, e ter um sistema de avaliação de qualidade de gasto está em linha com as diretrizes internacionais, que seria o que, no âmbito federal, tanto se discute que é o open review, a revisão periódica das despesas.

Outro ponto sob a rubrica de redução de despesa é um novo acordo de negociação da dívida com a União, que hoje está sendo reindexada a 4% ao ano acima do IPCA. Tarcísio disse em discurso que espera convencer a União a baixar o valor para 2%. O governador afirmou em discurso que só essa medida abriria R\$ 4 bilhões de espaço por ano no orçamento. (Com Rafael Garcia)

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%*!!?

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram
21 2534-4333

